

ADUNIOESTE
SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

“RESULTADO” DA REUNIÃO NA SETI DIA 17 DE JULHO

No último dia 17 de julho (terça-feira) a partir das 14h30 ocorreu, na Seti, reunião entre os dirigentes dos sindicatos representativos de docentes das universidades estaduais do Paraná e o secretário, em exercício, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, prof. Jairo Pacheco.

Os representantes dos docentes durante toda a reunião insistiram com o secretário que é necessário que o governo estadual apresente, além do reajuste de 6,57% a partir deste mês, uma proposta concreta de reposição das perdas salariais restantes. Tais perdas (de março/97 a junho/07) variam de 22% (Prof. Associado) a 47% (Prof. Auxiliar).

O governo estadual, por meio do secretário em exercício da Seti, afirmou que não poderia se comprometer com a apresentação de uma proposta definida em termos de índice e de prazo para implantação de reajuste. O secretário em exercício apresentou como proposta a “instalação de uma Comissão de Estudos composta por representantes dos 3 segmentos (Governo do Estado, Reitores e Docentes) para discutir a reestruturação da carreira ou outras medidas emergenciais para recompor perdas salariais. O secretário deixou claro que tal Comissão não teria um prazo definido a priori para apresentar uma proposta concreta em termos de índice de reposição de perdas salariais dos docentes. O secretário também descartou a possibilidade de discutir, antes da instalação da Comissão e antes do dia 1º de agosto, a proposta apresentada pelos reitores de implantação imediata de um abono emergencial aos docentes até a reestruturação da carreira.

Ao que parece o Governo quer que os docentes suspendam o indicativo de greve com base na promessa da instalação de uma “Comissão de Estudos” que não terá prazo definido para apresentar resultados. É bom lembrar que no início deste ano, de 14 de março a 13 de abril, já participamos de um “Grupo de Trabalho” cujo resultado foi nenhum. O Governo apresentou dia 23 de abril a proposta de reajuste de 6,57% aos docentes, desconsiderando o “Grupo de Trabalho”.

Foi comunicado ao secretário que, caso o Governo Estadual não apresente uma proposta concreta de reposição das perdas restantes, dia 1º de agosto docentes de todas as universidades do Paraná, irão se reunir em assembleias para deliberar a respeito de deflagração de greve por tempo indeterminado.

Ontem, o Governo Estadual, por meio da Agencia Estadual de Notícias, informou que os professores temporários também irão receber o reajuste de 6,57%. É evidente que os sindicatos de docentes defenderam e continuam defendendo, por princípio, que todos os professores indistintamente (ativos, inativos, efetivos e temporários) sejam contemplados com reajuste salarial. Entretanto, o anúncio que os temporários serão contemplados com o reajuste não é um motivo suficientemente forte para suspendermos o indicativo de greve para o dia 1º de agosto.

Confira, abaixo, a matéria a respeito do reajuste salarial aos docentes temporários

Requião garante reajuste também aos professores universitários temporários¹

FONTE: Agência Estadual de Notícias (18/7/2007)

O governador Roberto Requião autorizou a concessão do índice de 6,57% de reajuste salarial, já neste mês, aos 1.557 professores temporários das seis universidades e sete faculdades públicas estaduais do Paraná. A medida estende o benefício concedido aos 5.189 professores efetivos das instituições estaduais de ensino superior que, no início deste mês, já obtiveram a autorização do reajuste na folha de pagamento de julho.

A secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto, disse que o reajuste foi viabilizado em atendimento a uma solicitação do Comitê em Defesa do Ensino Superior, que reúne os sindicatos da categoria. “O pagamento do reajuste com prioridade aos professores universitários é o resultado de uma boa gestão feita junto às Secretarias da Administração e da Previdência (Seap) e do Planejamento e Coordenação Geral (Sepl). O fato de estendermos a medida aos professores temporários tem um forte significado, pois representa um tratamento de forma igualitária”, lembrou.

O índice de 6,57% que os professores do ensino superior terão de reajuste neste mês corresponde à reposição da inflação acumulada desde setembro de 2005. O percentual foi estabelecido na lei sancionada pelo governador em maio (Lei nº 15.512/2007), que assegura acréscimo salarial a todas as categorias do funcionalismo público estadual e ainda estabelece o 1º de maio como data para revisão anual dos salários. Os reajustes, de acordo com a legislação, serão aplicados conforme os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹Cf. <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=29890>